



A Influência da Composição das Despesas Públicas na Reeleição: Uma Análise das Eleições Municipais de Pernambuco de 2012

João Gabriel Nascimento de Araújo
Mestre e Doutorando em Ciências Contábeis – UFPE

Tiago de Moura Soeiro
Mestre e Doutorando em Ciências Contábeis - UFPE

Rodrigo Vicente dos Prazeres
Mestre e Doutorando em Ciências Contábeis – UFPE

Getúlio José Amorim do Amaral
Ph.D. em Estatística - University of Nottingham

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar qual a influência da composição das despesas na reeleição dos municípios pernambucanos no ano de 2012. Para alcançar tal objetivo fez-se uso de uma regressão logística, usando como variáveis dependentes a reeleição do prefeito e do partido e como independentes as despesas por função. Com base nos achados, pode-se concluir que, no geral despesas mais altas com transporte e previdência social aumentam a chance de reeleição do prefeito e/ou do partido. Pode-se concluir também, que os eleitores tendem a associar alguns tipos de despesas como ligadas a figura do prefeito e outros a figura do partido (e conseqüentemente, aumentar suas chances de reeleição). Contudo, as poucas associações nos resultados e no R^2 , podem ser explicadas por uma análise generalista e pouco detalhada. Neste ponto, este estudo contribui para mostrar que o R^2 melhora quando segregasse a análise para grupos menores com características similares – neste artigo utilizou-se as regiões climáticas – que destacam o que cada grupo considera relevante para eleger seus representantes.

Palavras-chave: Eleições municipais. Despesas Públicas. Reeleição. Logit.



1. INTRODUÇÃO

A transparência e o controle na gestão dos recursos do setor público brasileiro possuem alguns marcos importantes para as finanças públicas. Pode-se afirmar que o início desse processo foi com a publicação da Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, seguido pela promulgação da Constituição Federal da República de 1988 (CF/1988), que institui as diretrizes tributárias, financeiras, orçamentárias e das competências dos entes públicos.

As demandas sociais por transparência foram materializadas na legislação presente, passando a ter maior evidência já partir do ano de 1997, através da promulgação da Lei nº 9.496/1997, iniciando a partir daí uma sequência de regulamentações, na tentativa de permitir melhor controle das dívidas e dos gastos públicos. No entanto, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 ou apenas LRF) veio dar maior rigor no controle da gestão fiscal e na responsabilização aos gestores públicos, tornando-se a principal ferramenta de regulação do direito financeiro, prevista no Capítulo II, Título VI da CF/1988. É a partir desse marco regulatório, fortalecido ainda por meio da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), em vigor a partir de maio de 2012, que a gestão pública vem modernizando esse processo de transparência à sociedade, em seus conceitos e ferramentas, buscando cada vez mais incentivar a participação popular no acompanhamento e controle tempestivos da gestão fiscal dos entes públicos.

Arelada à essa visão de responsabilidade na gestão fiscal, apresenta-se a Teoria dos Ciclos Políticos na tentativa de explicar sua relação com as decisões econômicas e/ou políticas a serem tomadas pelos gestores públicos, de maneira a obter benefício pessoal ou partidário, como forma de manutenção no poder.

Oliveira e Carvalho (2009, p. 137) já comentavam sobre duas formas de abordagens dos Ciclos Políticos: a primeira é a tradicional, onde “os estudos sobre os chamados Ciclos Políticos – ou seja, sobre a existência de relação cíclica entre eleições e variáveis socioeconômicas – adotam uma abordagem macroeconômica”, como taxa de inflação e desemprego, na forma de oportunismo dos gestores pela intenção à reeleição ou pela permanência no poder da ideologia partidária. Pode-se citar alguns trabalhos que trazem esse tipo de abordagem: Nordhaus (1975) e Preussler & Portugal (2003).

A segunda abordagem apresentada reflete que “o estudo dos Ciclos Políticos está relacionado com a análise do comportamento dos gastos públicos (à la Rogoff), porém com preocupação basicamente na análise fiscal” (Oliveira & Carvalho, 2009). São alguns exemplos de pesquisa sob este enfoque: Ferreira & Bugarin (2007) Sakurai & Gremaud (2007) e Klomp & Haan (2013). Este estudo tem como base esta segunda abordagem dentro da Teoria.

A proposta analisada para a pesquisa em tela tomou como base os seguintes trabalhos: Oliveira & Carvalho (2009), que analisaram um total de 40 municípios fluminenses, sugerindo que os prefeitos realizam superávits financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral; também a investigação de Petterson–Lidbom (2001), que analisou 288 municípios suecos entre os anos de 1974 e 1988, que apontaram para



o aumento das despesas e cortes nos impostos nos anos das eleições, fato mais observado na reeleição, do que na não-recondução do gestor; e em Sakurai & Gremaud (2007), que verificaram o comportamento fiscal de 572 municípios do Estado de São Paulo entre os anos de 1989 e 2001, encontrando evidências de impulsos positivos na despesa municipal nos anos eleitorais de 1992 e 1996.

Além disso, metodologicamente este estudo se ampara nas pesquisas de Araújo (2004), Araújo Júnior, Cançado & Shikida (2005), Queiroz, Araújo, Morais e Silva (2015) e Cavalcante (2016), que fizeram uso de Regressão Logística em seus trabalhos sobre ciclos eleitorais. Desta forma, este estudo se diferencia dos demais por buscar conhecer quais elementos influenciam/determinam a reeleição de um prefeito ou continuação de um mesmo partido no poder.

Por esse motivo, utilizou-se a regressão logística onde P_i é a continuação do mandato e $1-P_i$ é a não continuação. Assim, através da regressão Logística, será possível identificar quais as variáveis que os governantes/membros do executivo devem observar para se reelegerem e também para a população avaliar as estratégias e eficiência dos gastos desses atuais gestores públicos.

Diante do exposto, este estudo justifica-se pela necessidade de ampliação dos achados dos estudos nacionais anteriores, tomando-se como base a Teoria do Ciclo Político na dimensão da análise fiscal sob o aspecto político municipal. O que se espera é poder confrontar os resultados com os dos estudos anteriores, visto que os municípios pernambucanos apresentam importância histórica significativa, por possuírem peculiaridades políticas, socioeconômicas e geográficas características da Região Nordeste brasileira.

Tendo em vista a exposição de motivos acima, este estudo tem como propósito responder ao seguinte questionamento: **qual a influência da composição das despesas na reeleição dos municípios pernambucanos no ano de 2012?**

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos

As pesquisas sobre a Teoria do Ciclo Político passaram a ganhar maior intensidade a partir do trabalho seminal de Nordhaus (1975). O estudo foi realizado com base na curva de Phillips, que realiza um trade-off clássico nas ciências econômicas entre o nível de desemprego e a taxa de inflação, elaborando um modelo de escolha pública intertemporal onde as decisões dos gestores públicos são tomadas dentro de um contexto político de eleições periódicas.

Este estudo procurou acompanhar essa discussão sobre a responsabilidade na gestão, porém, no âmbito da abordagem fiscal – que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições – e o seu confronto com a Teoria dos Ciclos Políticos, com base teórica em algumas pesquisas nacionais identificadas, como as de Preussler & Portugal (2003), Nakaguma & Bender (2006), Salvato, Antunes, Araujo Junior & Shikida (2007), Ferreira & Bugarin



(2007), Sakurai & Gremaud (2007), Gonçalves & Fenolio (2007), Oliveira & Carvalho (2009), Vicente & Nascimento (2012) e de Vasconcelos, Ferreira Júnior & Nogueira Júnior (2013) e Queiroz et al. (2015). A nível internacional, algumas pesquisas também embasaram esta investigação, tais como as de Nordhaus (1975), Rogoff (1987), Schuknecht (2000), Pettersson-Lidbom (2001) e de Klomp & Haan (2013).

2.2 Execução Orçamentária e o Ciclo Político

O orçamento é uma ferramenta legal de planejamento, que contém as discriminações da previsão de receitas e da fixação de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício, objetivando a execução de seus programas geralmente compreendidos por um ano. Tratando-se de um documento com particularidade diversificada, a sua elaboração exige a observância de certos princípios tratados na Lei nº 4.320/64.

Sendo assim, é preciso que o gestor público, antes de fixar despesas ou prever as receitas a distribuir, soubesse quais as reais deficiências e as necessidades sociais, além de categorizar as ações necessárias visando à correção ou minimização dos problemas.

Além disso, em seu art. 15, a LRF considera “não autorizadas, irregulares ou lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação” que não atendam a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (arts. 16 e 17), que, ao acarretar aumento da despesa, o ente será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios subsequentes.

No sistema orçamentário brasileiro, as ações que integram o programa de governo delimitam quais as despesas podem ser executadas em cada parcela do orçamento, tal como consta na Lei 4.320/1964, e a execução dessas despesas deve ocorrer em três fases: o empenho, a liquidação e o pagamento. A estrutura de classificação das despesas orçamentárias encontra-se dividida em quatro grupos: a) categorias econômicas; b) natureza de despesa; c) modalidades de aplicação; e d) elementos de despesa.

Para Baleeiro (1988), essas despesas públicas são a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, visando a execução de determinada atividade a cargo do governo. Com essa perspectiva Sakurai & Gremaud (2007) analisam que a permanência no poder de determinado governante está condicionada aos resultados advindos de suas próprias ações e, levando em consideração a existência dos eleitores e dos políticos, é razoável considerar que a divergência de interesses tanto entre grupos como intergrupos pode alterar o processo de decisão política e, por consequência, a alocação dos recursos públicos. É nesse ponto que a ideia do Ciclo Político é trazida como um fator de distorção alocativa ou ineficiência na aplicação da despesa pública.

O orçamento público acaba sendo nada mais do que um instrumento central de coordenação do sistema político, afetado por ordenamentos institucionais e interesses dos atores envolvidos (Pederiva, Marcelino & Rennó, 2009). Na sua afirmação, Cossio (2001) argumenta ainda que a avaliação da performance dos governos estaduais está baseada principalmente no nível da despesa e não na manutenção do equilíbrio fiscal.



Dos estudos já realizados, pode-se destacar o trabalho de Rogoff (1987), onde o autor destaca a importância de investigar o poder público local. Segundo ele, os testes empíricos referentes a existência de Ciclos Políticos deveriam centrar-se nos instrumentos de políticas orçamentárias, tendo em vista ser mais fácil aos governantes manipularem o orçamento do que os agregados macroeconômicos.

No que concerne às despesas públicas, Rogoff (1987) ainda afirma que os governantes sinalizam a competência aumentando-as em bens e serviços e em transferências, e diminuindo o investimento público, uma vez que este último se torna visível apenas em períodos posteriores. O mesmo pensamento é compartilhado por Shi & Svensson (2006), que afirma que os governantes podem estar manipulando os instrumentos de política fiscal à sua disposição com o intuito de incrementar a oferta de bens e serviços públicos antes das eleições, esperando que os eleitores associem esse incremento à sua competência administrativa.

No entanto, para Schuknecht (1998) as despesas de investimento são bem vistas pelos eleitores. Já o estudo realizado por Vicente & Nascimento (2012) sugere que um aumento das despesas de investimentos em quase todos os anos do ciclo eleitoral exerce influência positiva na recondução do governante ou de seus aliados políticos, confrontando a ideia de Rogoff (1987, p. 1), onde ele afirma: *“This public and private consumption binge comes at the expense of government investment”*.

Segundo Bittencourt (2002), o Ciclo Político, chamado por ele como ciclo-eleitoral, via de regra, manifesta-se de maneira distinta nas despesas, dependendo do perfil dos gastos nelas envolvidas. Diante disso e considerando os instrumentos disponíveis para os governos municipais, é razoável supor que na existência de Ciclos Políticos, as despesas devem crescer mais nos anos eleitorais.

Por fatores de ordem política entende-se que são as relações partidárias envolvidas entre os gestores das três esferas de governo (União, Estados ou DF e Municípios) e suas relações com o calendário eleitoral brasileiro.

Outro ponto a ser abordado neste estudo diz respeito às receitas orçamentárias. Conforme o art. 3º da Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Dessa forma, segundo esse entendimento, a receita pelo enfoque orçamentário corresponde a todos os ingressos disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços.

Para sua execução, as receitas orçamentárias obedecem aos seguintes estágios: Previsão, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento. A Lei nº 4.320/1964, no seu art. 11º, classifica essas receitas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital.

Bittencourt (2002) afirma que através das transferências de recursos os governantes podem expressar uma possível afinidade ideológica ou partidária existente, disponibilizando com isso mais recursos que permitem ampliar os gastos em níveis subnacionais de governo, ou seja, uma política fiscal mais expansiva. Nessa mesma vertente de pensamento, Mendes (2004) mostra que a probabilidade da reeleição de um prefeito será uma função direta da despesa de município e das transferências adicionais por ele obtidas. “Adicionais” neste sentido são



aquelas além das transferências vinculadas a obrigações legais ou constitucionais, ou seja, as que geralmente tem ligação ao poder discricionário do gestor em transferir recursos para outro ente sem qualquer obrigação que o determine.

No estudo realizado por Nakaguma & Bender (2010), os resultados evidenciaram a presença de Ciclos Políticos bem definidos, tanto nas receitas quanto nas despesas orçamentárias, caracterizados por fortes elevações durante os anos eleitorais e quedas acentuadas durante os anos pós-eleitorais. Os autores verificaram que, com exceção da despesa de capital, todas as demais variáveis se elevam significativamente durante o ano eleitoral. No período pós-eleitoral, foram observadas reduções significativas nas receitas e nas despesas de capital.

Em estudo realizado por Oliveira & Carvalho (2009), pôde-se observar que os prefeitos realizam superávits financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral. Diante disso e considerando os mecanismos de execução orçamentária disponíveis para os governos municipais, é razoável supor que na existência de Ciclos Políticos, as receitas devem crescer mais no ano anterior ao pleito eleitoral.

3. METODOLOGIA

O universo da pesquisa constitui-se dos dados secundários colhidos das Demonstrações Contábeis referentes aos anos de 2009 a 2012, dos 185 municípios que compõem o Estado de Pernambuco, conforme IBGE. A amostra foi composta de 117 municípios. 25 municípios foram descartados por não apresentarem todas as informações necessárias para a análise durante todo período estudado. Os outros 43 municípios excluídos, foram retirados da amostra final por não terem nem partido nem prefeito concorrendo à reeleição.

Os dados foram coletados via download dos arquivos contendo dados da execução orçamentária (valores de receitas realizadas e despesas empenhadas), através do sistema de informações contábeis e fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), por meio do acesso ao link “Finanças Públicas (FINBRA) – Contas do Anuais”, por meio do portal oficial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que reúne, em uma única fonte, informações anuais evidenciadas nas demonstrações contábeis e na execução orçamentária dos entes públicos.

Ao mesmo tempo, em relação aos dados eleitorais sobre os prefeitos dos municípios (reeleição, recondução, partido ou coligação do candidato eleito, etc.), foi utilizado o banco de dados das eleições fornecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

As variáveis dependentes utilizadas foram Prefeito Reeleito e Partido Reeleito, tendo como resultados 0 (insucesso na reeleição) e 1 (sucesso na reeleição). Tais variáveis já haviam sido utilizadas nos estudos de Araújo (2004), Araújo Júnior et al. (2005), Queiroz et al (2015) e Cavalcante (2016).

Como variáveis dependentes, foram escolhidas as despesas divididas por função orçamentária, em conformidade com Oliveira & Carvalho (2009) e Queiroz et al. (2015). Essa divisão categoriza as despesas em: legislativa, agricultura, transporte, educação, cultura, habitação, urbanismo, saúde, saneamento, assistência social e previdência social. Cabe ressaltar



que essas não são as únicas funções, entretanto são as apontadas pela literatura como passíveis de manipulação.

Visando evitar distorções devido á temporalidade da informação e montantes dos investimentos em relação à população foram realizadas a correção da inflação pelo IPCA e calculados as despesas por função per capita. Após este procedimento foram calculadas as regressões logísticas para a reeleição do partido e do prefeito, conforme a fórmula (1):

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} \quad (1)$$

Em que, $Z_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Legislativa} + \beta_2 \text{Agricultura} + \beta_3 \text{Transporte} + \beta_4 \text{Educação} + \beta_5 \text{Cultura} + \beta_6 \text{Habitação} + \beta_7 \text{Urbanismo} + \beta_8 \text{Saúde} + \beta_9 \text{Saneamento} + \beta_{10} \text{Assistência Social} + \beta_{11} \text{Previdência Social}$

Z_i varia de menos infinito a mais infinito e P_i varia entre 0 e 1,

P_i na modelagem descrita é a probabilidade de ocorrência de Continuação do Mandato e

$1 - P_i$ é o Descontinuação do mandato.

No caso em que não foi possível estimar a regressão por questão de micronumerosidade dos dados (os municípios situados na região litoral, conforme se observa no item 4.2) optou-se por fazer uma comparação de teste de médias, utilizando o Teste de Mann-Whitney. Para as estimações das regressões logísticas foi utilizado o software Gretl 2017b. Por fim, foram analisados os resíduos das regressões para confirmação da adequação do modelo. Para esta etapa, foi utilizado software estatístico R 3.3.1.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Após as análises estatísticas, tanto para prefeito quanto para partido candidato a reeleição, foram encontrados os resultados a seguir.

4.1 ANÁLISE PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO

O Quadro 1 apresenta o Beta e o coeficiente de significância das respectivas variáveis explicativas para a reeleição de um prefeito ou partido. No quadro são destacadas as significâncias dos níveis de 1% (***), 5% (**) e 10% (*), além do R^2 e o R^2 ajustado para o modelo.

Quadro 1 – resultado das regressões para prefeito e partido de modo geral

	PREFEITO	PARTIDO
--	----------	---------



	B	sig.	B	sig.
Legislativa	-0,002	0,356	-0,002	0,378
Agricultura	-0,004	0,255	-0,006	0,132
Transporte	-0,010	0,055*	-0,021	0,000***
Educação	0,001	0,033**	0,001	0,105
Cultura	-0,002	0,606	0,003	0,297
Habitação	0,000	0,989	-0,035	0,009***
Urbanismo	0,000	0,961	-5,730	0,954
Saneamento	-0,001	0,617	-0,005	0,072*
Saúde	-0,002	0,017**	-0,001	0,159
Assistência Social	0,001	0,635	0,002	0,492
Previdência	0,004	0,026**	0,002	0,090*
R ²	0,051		0,071	
R ² Ajustado	0,013		0,034	

Fonte: dados da pesquisa

Para o sucesso na reeleição do partido, foram encontradas relações significativas a nível de 1% para as despesas nas seguintes áreas (funções): transporte e habitação. A nível de significância de 10%, apresentaram-se significativas as despesas nas áreas de saneamento e previdência social.

Para o sucesso na reeleição do prefeito, foram encontradas significâncias a nível de 5% para as despesas nas áreas de educação, saúde e previdência social, e a nível de 10% em transporte. Esses achados diferem dos de Queiroz et al (2015), que apontaram que há relações significantes com educação e desportos e lazer, ao analisarem as despesas por função nos municípios nordestinos.

De tais achados, pode-se depreender que há uma diferença para população pernambucana quanto a relevância dos gastos que permitem um prefeito continuar dos gastos que permitem um partido permanecer no poder. As despesas comuns entre partido e prefeito foram transporte e previdência social. Por outro lado, os resultados apontam indícios de que gastos com saúde e educação estão mais associados à figura do prefeito, enquanto que habitação e saneamento se associam mais ao partido governante.

Entretanto, ao observar os valores do R², foi visto que as despesas por função explicam aproximadamente 5% os fatores que levam um prefeito a reeleição e 7% os fatores que levam um partido a reeleição. Isso indica que a gestão orçamentária exerceu pouca influência na eleição dos municípios pernambucanos no ano de 2012.

Tais diferenças encontradas podem se dar devido ao fato de que cada estado possui características e necessidades que os diferenciam uns dos outros. Essa diferenciação motivou a pesquisar quais seriam então as despesas que influenciavam a reeleição (de partido e prefeito) em cada região climática do estado de Pernambuco, quais sejam: litoral, zona da mata, agreste e sertão.

4.2 ANÁLISE POR REGIÃO CLIMÁTICA



No Quadro 2 são apresentados os Betas e os coeficientes de significância das respectivas variáveis explicativas para a reeleição de um prefeito analisados por região climática, e o resultado do teste Mann-Whitney para a região do Litoral, como apresentado na seção 4.1. No quadro são destacadas as significâncias dos níveis de 1% (***), 5% (**) e 10% (*), além do R² e o R² ajustado para o modelo.

Quadro 2 – Resultado das regressões por região climática x reeleição do prefeito

	Zona da Mata		Agreste		Sertão		Litoral	
	B	sig.	B	sig.	B	sig.	Z	sig.
Legislativa	-0,017	0,168	-0,010	0,157	-0,003	0,656	-2,623	0,009***
Agricultura	-0,009	0,662	-0,021	0,242	-0,008	0,213	-0,463	0,643
Transporte	-0,002	0,101	-0,018	0,852	-0,022	0,038**	-3,703	0,000***
Educação	-0,001	0,557	0,000	0,660	0,002	0,075*	-2,700	0,007***
Cultura	-0,006	0,596	0,003	0,582	0,002	0,740	-2,546	0,011**
Habitação	0,044	0,065*	-0,007	0,162	-0,055	0,019**	-0,867	0,386
Urbanismo	-0,008	0,201	0,005	0,028**	0,002	0,281	-2,315	0,021**
Saneamento	0,014	0,247	0,000	0,154	-0,007	0,231	-1,777	0,076*
Saúde	0,010	0,687	0,000	0,002***	-0,002	0,198	-2,160	0,031**
Assistência Social	0,010	0,162	0,011	0,299	-0,006	0,249	-3,009	0,003***
Previdência	-0,002	0,270	0,005	0,609	0,000	0,944	-2,237	0,025**
R ²	0,147		0,085		0,174			
R ² Ajustado	0,025		0,016		0,067			

Fonte: dados da pesquisa

No que tange a reeleição do partido, o Quadro 3 apresenta os Betas e os coeficientes de significância das respectivas variáveis explicativas para o partido reeleito, analisados pelas regiões climáticas, e o resultado do teste Mann-Whitney para a região do Litoral, como apresentado na seção 4.1. No quadro são destacadas as significâncias dos níveis de 1% (***), 5% (**) e 10% (*), além do R² e o R² ajustado para o modelo.

Quadro 3 – Resultado das regressões por região climática x reeleição do partido

	Zona da Mata		Agreste		Sertão		Litoral	
	B	sig.	B	sig.	B	sig.	Z	sig.
Legislativa	-0,007	0,496	-0,010	0,389	-0,003	0,656	-3,024	0,002***
Agricultura	0,088	0,014**	-0,021	0,013**	-0,008	0,213	-2,173	0,030**
Transporte	-0,041	0,133	-0,018	0,124	-0,022	0,038**	-2,740	0,006***
Educação	-0,003	0,252	0,000	0,987	0,002	0,075*	-3,024	0,002***
Cultura	0,009	0,366	0,003	0,741	0,002	0,740	-3,024	0,002***
Habitação	-0,035	0,358	-0,007	0,744	-0,055	0,019**	-2,027	0,043**
Urbanismo	-0,007	0,044**	0,005	0,176	0,002	0,281	-3,024	0,002***
Saneamento	-0,003	0,608	0,000	0,974	-0,007	0,231	-0,379	0,705
Saúde	0,009	0,051*	0,000	0,940	-0,002	0,198	-3,024	0,002***
Assistência Social	-0,003	0,758	0,011	0,181	-0,006	0,249	-3,024	0,002***
Previdência	0,010	0,096*	0,005	0,287	0,000	0,944	-3,024	0,002***
R ²	0,182		0,082		0,149			
R ² Ajustado	0,010		0,013		0,042			

Fonte: dados da pesquisa



Para os municípios do litoral, não foi possível analisar pela regressão logística, devido a pouca quantidade de observações, porém, ao se fazer o Teste de Mann-Whitney para avaliar o comportamento das despesas para os prefeitos/partidos que ganharam e os que não ganharam as eleições, observou-se que, para os prefeitos, apresentaram diferença estatisticamente significativa as despesas com legislativo, transporte, educação, e assistência social, a 5% cultura, urbanismo, saúde e previdência, a ao nível de significância de 10% a despesa com saneamento.

Quando feito o mesmo teste para reeleição do partido, apresentaram significância a nível de 1% as seguintes despesas com: legislativo, transporte, educação, cultura, urbanismo, saúde, assistência e previdência; já a nível de 5% de significância houve correlação com despesas com habitação e agricultura. Vale ressaltar que esta análise não implica, ou não representa o peso destas variáveis sobre a reeleição. Porém ela apresenta se há diferença nos dados - os gastos empregados pelos prefeitos/partidos.

Para a zona da mata, maiores gastos do prefeito com habitação, apontam a um nível de significância de 10%, maiores chances de reeleição do prefeito. Já para a reeleição do partido, mostram-se significantes a 5% as despesas com agricultura e urbanismo e a 10% as despesas com saúde e previdência social.

No agreste, foram significantes a 5% as despesas com urbanismo e a 1% com saúde para o sucesso de reeleição do prefeito, enquanto que para o partido, mostrou-se significativa a 5% a despesa com agricultura.

Por fim, para o sertão, influenciam, com significância de 5%, na reeleição do partido e do prefeito, maiores valores com despesas com transporte e habitação e a 10% com educação. Dentre as regiões climáticas analisadas, destaque-se que o modelo melhor explica os resultados de reeleição na zona da mata e no sertão, apresentando R^2 de aproximadamente 16% em ambos os casos. Em comparação com o modelo geral, a divisão por região climática mostrou possuir um poder explicativo maior, como pode ser observado nos Quadros 1, 2 e 3. Isso evidencia que as características e necessidades de cada região devem ser levadas em consideração na alocação dos recursos públicos.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar qual a influência da composição das despesas na reeleição dos municípios pernambucanos no ano de 2012. Para alcançar tal objetivo fez-se uso de uma regressão logística, usando como variáveis dependentes a reeleição do prefeito e do partido e como independentes as despesas por função.

Com base nos achados, pode-se concluir que, no geral despesas mais altas com transporte e previdência social aumentam a chance de reeleição do prefeito e/ou do partido. Pode-se concluir também, que os eleitores tendem a associar alguns tipos de despesas como ligadas a figura do prefeito e outros a figura do partido (e consequentemente, aumentar suas chances de reeleição). Apenas para prefeito, se mostraram significantes as despesas com educação e saúde, enquanto que apenas para o partido, apresentaram significâncias despesas com saneamento e habitação.



Outra conclusão possível com base nos achados é de que, o eleitor pernambucano, nas eleições para prefeito de 2012, levou em consideração muitos outros fatores, que não a composição das funções das despesas, na hora de reeleger um prefeito ou partido. Isso pode ser visto dado os baixos valores de R^2 apresentados para o modelo.

Contudo, as poucas associações nos resultados e no R^2 , podem ser explicadas por uma análise generalista e pouco detalhada. Neste ponto, este estudo contribui para mostrar que o R^2 melhora quando segregasse a análise para grupos menores com características similares – neste artigo utilizou-se as regiões climáticas – que destacam o que cada grupo considera relevante para eleger seus representantes.

Algumas limitações deste estudo são o fato de não se ter colocado no modelo todas as funções das despesas, além de ter se restringido apenas à eleição de 2012. Assim, sugere-se ampliar o estudo com a inclusão de todas as despesas por função, bem como ampliar para outras eleições. Além disso, sugere-se considerar a inclusão de variáveis nominais para qualificar as características dos grupos heterogêneos dentro dos municípios que compõem cada estado.

REFERÊNCIAS

- Baleeiro, A. (1998) **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. Rio de Janeiro: Forense.
- Bittencourt J.L. (2002) **Evidências de Ciclo Político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais - 1983/2000**. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Cossio, F A B. (2001) **O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos**. *Economia*, v. 2, n. 1, p. 207-258.
- Ferreira, Ivan F. S.; Bugarin, Mauricio S. (2007) **Transferências voluntárias e Ciclo Político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro**. *Rev. Bras. Econ.* [online], vol.61, n.3, pp. 271-300.
- Gonçalves, Carlos Eduardo Soares; Fenolio, Fernando Roberto. (2007) **Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil**.
- Klomp, Jeroen; Haan, Jakob de. (2013). **Conditional Election and Partisan Cycles in Government Support to the Agricultural Sector: An Empirical Analysis**. *American Journal of Agricultural Economics* Advance Access.
- Mendes, M. J. (2004). **Federalismo fiscal e crescimento do governo: Evidências eleitorais para o Brasil**. In *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, João Pessoa. ANPEC. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/232503/Mendes.pdf>>. Acesso: 21 dez. 2015.
- Nakaguma, Marcos Yamada; Bender, Siegfried. (2006) **A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre Ciclos Políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002)**. *Economia aplicada*, v. 10, n. 3, p. 377-397.



- Nakaguma, Marcos Yamada; Bender, Siegfried. (2010) **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro**. RBE Rio de Janeiro v. 64 n. 1 / p. 3–24 Jan-Mar.
- Nordhaus, William D. (1975) The political business cycle. **The review of economic studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190.
- Oliveira, Kleber Vasconcellos; Carvalho, Frederico Antonio Azevedo. (2009). **A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998-2006**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, n. 5, p. 121-141.
- Pederiva, João Henrique; Marcelino, Daniel; Rennó, Lucio. (2009) **A Conexão Orçamentária: Representação Política, Orçamento Público e Qualidade da Democracia no Brasil e na Argentina**. Disponível em:
<http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_3352.pdf>. Acesso: 20 jan. 2016.
- Pettersson-Lidbom, Per. (2001) **A Test of the Rational Electoral-Cycle Hypothesis**. Disponível em:
<http://www.ne.su.se/polopoly_fs/1.214876.1418655695!/menu/standard/file/cycle.pdf>. Acesso: 17 dez. 2015.
- Preussler, A. P. S.; Portugal, M. S. (2003). **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil**. Análise Econômica, v. 21, n. 40, p. 179-205.
- Queiroz, D. B., Araújo, A. O., Morais, L. M. F., & Silva, V. K. R. (2015). Composição do Gasto Público e Resultados Eleitorais: Um Estudo nos Municípios Paraibanos no Ano de 2012. **Registro Contábil**, 6(3), 38-55.
- Rogoff, Kenneth. (1987). **Equilibrium political budget cycles**. National Bureau of Economic Research.
- Sakurai, Sergio Naruhiko; Gremaud, Amaury Patrick. (2007) **Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001)**. Economia Aplicada, v. 11, n. 1, p. 27-54.
- Salvato, M. A., Antunes, P. C., Araujo Jr, A., & Shikida, C. (2007). Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. **IBMEC**. Texto para discussão, (42).
- Schuknecht, Ludger. (2000) **Fiscal Policy Cycles and Public Expenditure in Developing Countries**. Public Choice, v. 102, n. 1-2, p. 113-128.
- Secretaria do Tesouro Nacional, STN. Ministério da Fazenda. **FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios: Contas Anuais**. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>. Acesso: 15 dez. 2016.
- Shi, M.; Svensson, J. (2006) **Political budget cycles: do they differ across countries and why?** Journal of Public Economics. v. 90, p. 1367-1389.
- Tribunal Superior Eleitoral - TSE. **Eleições anteriores**. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso: 28 dez. 2015.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Vasconcelos, Rafael Divino de; Ferreira Júnior, Sílvio; Nogueira Junior, Reginaldo Pinto. (2013) **A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos Ciclos Políticos eleitorais, 1985-2010**. Economia Aplicada, v. 17, n. 3, p. 325-354.

Vicente, Ernesto Fernando Rodrigues; Nascimento, Leonardo Silveira do. (2012). **A Efetividade dos Ciclos Políticos Nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 106-126.